

[Handwritten signatures and initials]

**Procedimento concursal comum para preenchimento de um (1) posto de trabalho, na carreira e categoria de técnico superior, do mapa de pessoal não docente da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, para o Gabinete de Saídas Profissionais.
(Aviso n.º 16657/2026/2)**

**PROVA ESCRITA DE CONHECIMENTOS
DURAÇÃO DA PROVA: 90 Minutos
Tolerância: 30 Minutos
12 de setembro de 2026**

Instruções:

Nas questões de escolha múltipla deverá assinalar a sua opção (somente uma por pergunta) com ☒. Caso pretenda corrigir alguma resposta, deverá colocar ☐ à volta da resposta errada e colocar ☒ na nova opção de escolha.

As respostas de desenvolvimento deverão ocupar somente os espaços destinados para o efeito. Durante a realização da prova é permitida a consulta de legislação não anotada, exclusivamente em suporte papel.

Após entrega da prova, o júri destacará a parte inferior da primeira folha, arquivando-a em envelope selado, o qual só será aberto após a correção das provas.

Cotações das questões:

Questão	Valor	Questão	Valor	Questão	Valor
1	0,5	11	0,5	21	2,5
2	0,5	12	0,5	22	2,5
3	0,5	13	0,5	23	5
4	0,5	14	0,5		
5	0,5	15	0,5		
6	0,5	16	0,5		
7	0,5	17	0,5		
8	0,5	18	0,5		
9	0,5	19	0,5		
10	0,5	20	0,5		

Código	Nome Completo	Assinatura

Handwritten signature and initials

Grupo I

Perguntas de Escolha Múltipla

1. As instituições de ensino superior públicas são compostas por órgãos de governo. Das opções *infra* indicadas, indique a opção correta.

- a) Reitor
Conselho de Gestão
Conselho Geral
Senado Académico ☐
Conselho Académico
Conselho Pedagógico

- b) Conselho Geral
Reitor
Presidente ☐
Conselho de Gestão

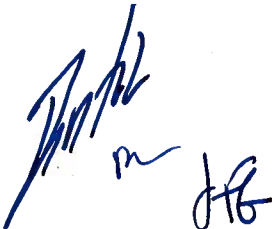
- c) Conselho de Gestão
Conselho Geral
Senado Académico ☐
Conselho Consultivo

- d) Reitor
Conselho Geral
Conselho de Gestão ☐
Senado Académico
Outros órgãos consultivos

- e) Reitor
Conselho de Gestão
Conselho Geral
Senado Académico ☐
Conselho Consultivo
Conselho Científico

2. Na Universidade de Lisboa quem tem competência para fixar as propinas?

- a) Conselho Consultivo ☐
b) Conselho Geral ☐
c) Conselho de Gestão ☐
d) Reitor ☐
e) Senado ☐
f) Nenhuma das anteriores ☐



3. Se um trabalhador da função pública ao receber a sua avaliação de desempenho quiser, antes da homologação da mesma, apresentar reclamação, a quem pode solicitar a apreciação do seu processo?

- a) Ao Gabinete de Recursos Humanos ☐
- b) Ao Diretor ☐
- c) À Comissão Paritária ☐
- d) Ao Ministério da Educação e Ciência ☐
- e) Ao Reitor ☐

4. Das seguintes Faculdades indique a que não pertence à Universidade de Lisboa?

- a) Faculdade de Ciências. ☐
- b) Faculdade de Economia. ☐
- c) Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. ☐
- d) Instituto de Ciências Sociais. ☐
- e) Faculdade de Arquitetura. ☐

5. O contrato de trabalho em funções públicas implica a realização de um período experimental de vínculo sujeito a avaliação. Para os trabalhadores integrados na carreira de Técnico Superior este período poderá ter a duração de quantos dias?

- a) 90 dias ☐
- b) 120 dias ☐
- c) 160 dias ☐
- d) 180 dias ☐
- e) 240 dias ☐

6. Nos termos do Código do Procedimento Administrativo a atividade administrativa rege-se por princípios gerais. Dos princípios *infra* indicados, assinale o que está relacionado com a necessidade da Administração Pública estar organizada de modo a aproximar os serviços das populações e de forma não burocratizada.

- a) Princípio da legalidade ☐
- b) Princípio da igualdade ☐
- c) Princípio da boa administração ☐
- d) Princípio da decisão ☐
- e) Princípio da participação ☐

Handwritten signatures and initials in blue ink.

7. Nos termos do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro), quanto à autonomia das instituições de ensino superior, é correto afirmar que:

(Das opções *infra* indicadas, indique a opção correta)

- a) As instituições de ensino superior públicas gozam de autonomia estatutária, pedagógica, científica, cultural, administrativa, financeira, patrimonial e disciplinar face ao Estado. ☐
- b) As instituições de ensino superior privadas gozam de autonomia estatutária, financeira e patrimonial face à respetiva entidade instituidora. ☐
- c) A autonomia das instituições públicas exclui a tutela ou a fiscalização governamental, bem como a acreditação e a avaliação externa. ☐
- d) A autonomia científica, pedagógica, administrativa e financeira das universidades não tem consagração constitucional. ☐
- e) Cada instituição de ensino superior goza de autonomia política e legislativa própria, definida nos seus estatutos. ☐

8. Nos termos da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), sobre os deveres gerais dos trabalhadores, é correto afirmar que:

(Das opções *infra* indicadas, indique a opção correta)

- a) O dever de isenção consiste em desempenhar as funções com equidistância relativamente aos interesses com que o trabalhador seja confrontado, sem discriminar positiva ou negativamente qualquer deles. ☐
- b) O dever de zelo consiste em não retirar vantagens, diretas ou indiretas, pecuniárias ou outras, para si ou para terceiro, das funções que exerce. ☐
- c) O dever de imparcialidade consiste em conhecer e aplicar as normas legais e regulamentares e as ordens e instruções dos superiores hierárquicos. ☐
- d) O dever de prossecução do interesse público consiste na sua defesa, no respeito pela Constituição, pelas leis e pelos direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos. ☐
- e) O dever de informação consiste em comparecer ao serviço regular e continuamente e em prestar aos cidadãos toda e qualquer informação, sem ressalvas. ☐

9. Nos termos do Código do Procedimento Administrativo (CPA), quanto aos princípios gerais da atividade administrativa, é correto afirmar que:

(Das opções *infra* indicadas, indique a opção correta)

- a) O princípio da boa administração impõe que a Administração se pautar por critérios de eficiência, economicidade e celeridade. ☐
- b) O princípio da proporcionalidade impõe à Administração o dever de tratar de forma justa todos aqueles que com ela entrem em relação, rejeitando as soluções manifestamente desrazoáveis. ☐
- c) O princípio da igualdade impõe que as decisões que colidam com direitos dos particulares só possam afetar as suas posições em termos adequados e proporcionais aos objetivos a realizar. ☐



- d) O princípio da boa-fé afasta a possibilidade de a Administração exigir dos particulares quaisquer contribuições para o esclarecimento dos factos. ☐
- e) O princípio do contraditório figura, expressamente, entre os princípios gerais consagrados no Código. ☐

10. Nos termos do Código do Procedimento Administrativo (CPA), quanto ao regime dos prazos, é correto afirmar que:

(Das opções *infra* indicadas, indique a opção correta)

- a) Na contagem de um prazo fixado em 30 dias, suspendem-se os sábados, domingos e feriados. ☐
- b) Na falta de disposição especial, o prazo geral para os interessados requererem ou praticarem atos no procedimento é de 15 dias. ☐
- c) O termo do prazo que coincida com dia em que o serviço não esteja aberto ao público transfere-se para o primeiro dia útil seguinte, considerando-se encerrado o serviço quando seja concedida tolerância de ponto, total ou parcial. ☐
- d) Inclui-se sempre na contagem o dia em que ocorre o evento a partir do qual o prazo começa a correr. ☐
- e) Quando o interessado resida em país estrangeiro europeu, os prazos só se iniciam depois de decorrida uma dilação de 30 dias, mesmo que os atos sejam praticados por meios eletrónicos. ☐

11. Nos termos da Lei n.º 66-B/2007 (SIADAP), na redação em vigor, é correto afirmar que:

(Das opções *infra* indicadas, indique a opção correta)

- a) O SIADAP integra quatro subsistemas, correspondentes aos serviços, aos dirigentes superiores, aos dirigentes intermédios e aos trabalhadores. ☐
- b) A duração dos ciclos de avaliação do SIADAP é, em regra, bienal. ☐
- c) O SIADAP integra três subsistemas — SIADAP 1 (serviços), SIADAP 2 (dirigentes) e SIADAP 3 (trabalhadores) —, sendo a duração dos ciclos de avaliação anual. ☐
- d) Os subsistemas funcionam de forma autónoma e independente entre si, sem articulação com o ciclo de gestão do serviço. ☐
- e) A avaliação dos dirigentes (SIADAP 2) é anual, não havendo lugar a qualquer apreciação global no termo da comissão de serviço. ☐

12. Nos termos da Lei n.º 66-B/2007 (SIADAP), na redação em vigor, quanto à avaliação final dos trabalhadores, é correto afirmar que:

(Das opções *infra* indicadas, indique a opção correta)

- a) A avaliação final é expressa nas menções de «Desempenho relevante», «Desempenho adequado» e «Desempenho inadequado». ☐
- b) A avaliação final resulta da média ponderada dos parâmetros «Resultados» e «Competências», cabendo ao parâmetro «Resultados» uma ponderação mínima de 60%. ☐

- c) Ao parâmetro «Competências» é atribuída uma ponderação mínima de 60%, e ao parâmetro «Resultados» uma ponderação máxima de 40%. ☐
- d) A menção de «Muito bom» corresponde a uma avaliação final de 3,500 a 3,999. ☐
- e) A diferenciação de desempenhos é garantida pela fixação de uma quota de 25% para as avaliações de «Desempenho relevante». ☐

13. Nos termos da LTFP, quanto à escala das sanções disciplinares aplicáveis aos trabalhadores em funções públicas, é correto afirmar que:

(Das opções *infra* indicadas, indique a opção correta)

- a) As sanções aplicáveis são a repreensão oral, a repreensão escrita, a multa e a suspensão. ☐
- b) As sanções aplicáveis são a repreensão escrita, a multa, a suspensão e o despedimento disciplinar ou demissão. ☐
- c) Por cada *infra*ção pode ser aplicada mais de uma sanção disciplinar, desde que apreciadas no mesmo processo. ☐
- d) A cessação da comissão de serviço é aplicável a qualquer trabalhador, a título principal ou acessório. ☐
- e) As sanções disciplinares só são registadas no processo individual do trabalhador em caso de despedimento ou demissão. ☐

14. Nos termos dos Estatutos da FDUL (Despacho n.º 4796/2020), quanto aos órgãos da Faculdade, é correto afirmar que:

(Das opções *infra* indicadas, indique a opção correta)

- a) São órgãos de governo o Conselho de Escola, o Diretor, o Conselho de Gestão, o Conselho Científico e o Conselho Pedagógico. ☐
- b) O Conselho Académico e o Conselho Consultivo são órgãos de governo da Faculdade. ☐
- c) O Provedor do Estudante é um órgão de governo, com poder de decisão na defesa dos direitos dos estudantes. ☐
- d) O Conselho de Escola é o órgão de direção e de representação da Faculdade. ☐
- e) O Conselho Consultivo é o órgão de gestão administrativa, patrimonial e financeira da Faculdade. ☐

15. Nos termos dos Estatutos da FDUL, quanto ao Conselho Académico, é correto afirmar que:

(Das opções *infra* indicadas, indique a opção correta)

- a) É o órgão de gestão científica e cultural da Faculdade, presidido pelo Presidente do Conselho Científico. ☐
- b) É o órgão consultivo e de apoio à atividade do Diretor, sendo composto pelo Diretor, que preside, por quatro docentes ou investigadores, quatro estudantes e dois trabalhadores do pessoal técnico e administrativo. ☐
- c) É composto exclusivamente por docentes e investigadores doutorados, eleitos pelo conjunto dos professores de carreira. ☐

- d) Compete-lhe deliberar e fixar, com carácter vinculativo, as propinas dos diferentes ciclos de estudos. ☐
- e) Os seus membros são eleitos diretamente pelos estudantes e pelos trabalhadores, cabendo ao Diretor apenas homologar a eleição. ☐

16. Nos termos dos Estatutos da Universidade de Lisboa, quanto às competências do Reitor, é correto afirmar que:

(Das opções *infra* indicadas, indique a opção correta)

- a) Compete ao Reitor homologar os estatutos das Escolas, podendo recusar a homologação com fundamento em critérios de oportunidade ou de mérito. ☐
- b) Compete ao Reitor aprovar as contas anuais consolidadas da Universidade, acompanhadas do parecer do fiscal único. ☐
- c) Compete ao Reitor homologar os estatutos das Escolas, só o podendo recusar com base em ilegalidade ou em violação dos Estatutos da Universidade. ☐
- d) Compete ao Reitor fixar as propinas devidas pelos estudantes nos cursos conducentes à obtenção de grau. ☐
- e) Compete ao Reitor eleger o Provedor do Estudante e aprovar o respetivo regulamento. ☐

17. Nos termos do Código do Trabalho (Lei n.º 7/2009), o contrato de trabalho é aquele pelo qual:

(Das opções *infra* indicadas, indique a opção correta)

- a) Uma pessoa, singular ou coletiva, se obriga a prestar a sua atividade a outra, com plena autonomia técnica e sem subordinação. ☐
- b) Uma pessoa singular se obriga, mediante retribuição, a prestar a sua atividade a outra ou outras pessoas, no âmbito de organização e sob a autoridade destas. ☐
- c) Uma pessoa singular se obriga a prestar a sua atividade a outrem, ainda que a título gratuito, no âmbito de organização e sob a autoridade desta. ☐
- d) Uma pessoa obriga-se a proporcionar a outra determinado resultado do seu trabalho, mediante um preço. ☐
- e) Duas ou mais pessoas obrigam-se a contribuir com bens ou serviços para o exercício em comum de uma atividade económica. ☐

18. Nos termos do Código do Trabalho, quanto aos deveres das partes e do trabalhador, é correto afirmar que:

(Das opções *infra* indicadas, indique a opção correta)

- a) O dever de proceder de boa fé impende apenas sobre o trabalhador, e não sobre o empregador. ☐
- b) O trabalhador deve cumprir todas as ordens e instruções do empregador, ainda que contrárias aos seus direitos ou garantias. ☐

[Handwritten signatures]

- c) O dever de lealdade do trabalhador implica, nomeadamente, não negociar, por conta própria ou alheia, em concorrência com o empregador, nem divulgar informações referentes à sua organização, métodos de produção ou negócios. ☐
- d) O trabalhador não está obrigado a participar em ações de formação profissional proporcionadas pelo empregador. ☐
- e) Nenhuma das anteriores. ☐

19. Nos termos do Decreto-Lei n.º 66/2011, de 1 de junho, que estabelece as regras dos estágios profissionais extracurriculares, é correto afirmar que:

(Das opções *infra* indicadas, indique a opção correta)

- a) O contrato de estágio não pode ter duração superior a 18 meses, prorrogável até 24 meses nos estágios obrigatórios para o acesso a uma profissão. ☐
- b) O orientador de estágio, designado pela entidade promotora, não pode acompanhar mais de cinco estagiários. ☐
- c) O subsídio mensal de estágio pago pela entidade promotora não pode ser inferior ao valor do indexante dos apoios sociais (IAS). ☐
- d) Na ausência de determinação legal específica ou de estipulação das partes, considera-se que a duração do estágio corresponde a seis meses. ☐
- e) O subsídio de estágio é sempre devido, ainda que o contrato de estágio se encontre suspenso. ☐

20. Nos termos do Decreto-Lei n.º 66/2011, quanto à suspensão e à cessação do contrato de estágio, é correto afirmar que:

(Das opções *infra* indicadas, indique a opção correta)

- a) O contrato de estágio suspende-se, por doença do estagiário, por período não superior a doze meses. ☐
- b) O contrato de estágio cessa por caducidade no momento em que o estagiário atinja 30 dias de faltas, seguidos ou interpolados, independentemente de serem justificadas, mediante comunicação escrita. ☐
- c) O contrato de estágio só pode cessar por caducidade ou por acordo das partes, não sendo admissível a resolução por qualquer delas. ☐
- d) A atividade desenvolvida a coberto de um estágio que não obedeça aos requisitos legais mantém, ainda assim, a natureza de estágio, nunca se convertendo em contrato de trabalho. ☐
- e) Suspenso o estágio, o estagiário dispõe de 30 dias, após a cessação do impedimento, para se apresentar à entidade promotora. ☐





 J. M. Smith

21. De acordo com o Regime jurídico das Instituições de Ensino Superior (cfr. n.º 1 do Art. 77.º da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro), o Conselho Geral é um dos órgãos de governo das Universidades e dos Institutos Universitários. Descreva a sua composição e competências, e indique em que medida este Órgão contribui para a participação democrática e representatividade nas decisões académicas e administrativas das Instituições de Ensino Superior.

[illegible]



7/16/20

This image shows a single sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.



John H. [unclear]

-
- This image shows a single sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.



7/11/16 on 8/16

This image shows a single sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.



John
me JFB

- [illegible]



Paul on 8/6

This image shows a single sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.

14